

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação do  
Município de Nova Esperança do Sudoeste - Pr

Ref.: Concorrência Eletrônica nº 10/2025  
Processo administrativo 164/2025

**MACRO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.434.136/0001-63, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, nº 4398, sala 6, Cascavel-PR, por seu sócio administrador adiante assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “c” do inciso I, do art. 165, da Lei nº 14.133/21, à presença de Vossa Senhoria interpor

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face da decisão desta comissão, que reconheceu a concorrente **FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA.** como habilitada, conforme decisão constante do TERMO DE JULGAMENTO, o que faz declinando os motivos de seu inconformismo a seguir.

### **I – DOS FATOS SUBJACENTES E RAZÕES PARA REFORMA**

1. Atendendo à convocação dessa Instituição para o certame licitatório supramencionado, veio a recorrente dele participar com outras licitantes, pelo que apresentou proposta.
2. Ocorre que a concorrente **FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA.** fora declarada habilitada no pleito, mesmo não tendo cumprido exigência editalícia – qual seja, apresentar atestado de capacidade técnica que comprove



execução de serviço de características técnicas similares ao do objeto licitado. Ainda, apresentou documento básico de habilitação vencido.

3. Com base na fundamentação a seguir demonstrada, cabe a reforma da decisão, para fins de ser inabilitada a concorrente supracitada.

a) Descumprimento ao item 7.6.1 do Edital.

4. A concorrente em questão descumpre o item 7.6.1 do Edital, que versa sobre o prazo de validade das certidões exigíveis:

7.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste Edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

5. Em análise à documentação apresentada, denota-se que esta concorrente apresentou cadastro CNPJ emitido em 11/06/2024. Desta forma, o documento em questão está fora do prazo de validade, que é estabelecido em 90 dias após sua emissão, conforme consta do Edital.

6. A Lei nº 14.133/2021 é clara quanto à necessidade de apresentação de **provas de regularidade**, em conformidade com a lei e com o edital:

Art. 63. Para a habilitação nas licitações será exigida exclusivamente documentação relativa a:

(...)

IV – regularidade fiscal e trabalhista;

7

O § 1º do mesmo artigo dispõe:

A documentação exigida para a habilitação, em qualquer hipótese, **deverá estar com prazo de validade em vigência na data de sua apresentação, observado o disposto em edital.**

8. Ou seja, a lei impõe que as certidões estejam **válidas no momento da apresentação**. A aceitação de documento vencido afronta a lei, o edital e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9. Aplicável ao caso:

**ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO. INABILITAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES VENCIDAS. INAPLICABILIDADE DO DECRETO N. 84.702/1980. AUSÊNCIA DE FORMALISMO EXACERBADO OU IRRAZOABILIDADE. DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NA LEI N. 8.666/1993. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO . RECURSO DESPROVIDO.** (TJSC, Apelação n. 5006356-67.2021 .8.24.0026, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Primeira Câmara de Direito Público, j . Tue Jun 28 00:00:00 GMT-03:00 2022).

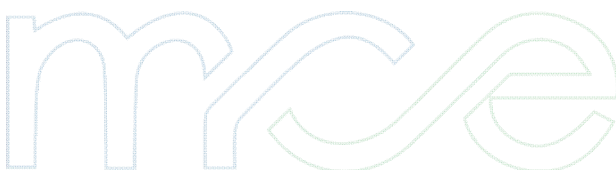
10. Ora, nao pode **O ENTE LICITANTE CORROBORAR UM DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA**, acatando documentos fora da expressa exigência editalícia, necessários para aferir os requisitos básicos para contratação.

11. Cumpre citar o doutrinador Marçal Justen Filho: [...] O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las [...]. (Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, pgs. 417/420).

12. Aplicável ao caso:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017 - MUNICÍPIO DE IGARAPÉ - **INABILITAÇÃO NO CERTAME - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - EXIGÊNCIA CONTIDA NO EDITAL NÃO ATENDIDA - DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SEM ASSINATURA DO CONTADOR** - EDITAL EM CONFORMIDADE COM A LEI - HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS REDUZIDOS. No tocante à qualificação econômico-financeira, que tem por objetivo a demonstração da boa saúde financeira da empresa interessada, o art. 31 da Lei de Licitações determina que sua comprovação se dará mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstrações contábeis, certidão negativa de falência, concordata, ou execução patrimonial, e garantia limitada a um por cento do valor estimado do objeto da contratação. **A imposição contida no Edital, de que os demonstrativos contábeis sejam assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa, não é desarrazoada, principalmente porque a elaboração dos documentos aqui discutidos é atribuição privativa dos contadores, conforme definido na Resolução nº 560/83, do Conselho Nacional de Contabilidade (art . 3º).** Observadas as peculiaridades do caso concreto e diante do alto valor atribuído à causa, é mister o arbitramento da verba honorária segundo a equidade, para afastar excessos injustificados. (TJ-MG - Apelação Cível: 50000715420178130301, Relator.: Des.(a) Wilson Benevides, Data de Julgamento: 26/01/2021, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/02/2021)

13. Desta forma, a Administração não pode habilitar empresa que descumpriu o disposto em edital, sob pena de mudar as regras do certame após o seu início, **ferindo de sobremaneira os princípios da legalidade, da igualdade, e da vinculação ao instrumento convocatório.**



14. Diante disso, cabível a reforma da decisão, com a inabilitação da concorrente FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA., por descumprimento do item 7.6.1 do Edital, uma vez que foi apresentados Cadastro de CNPJ emitido em 11/06/2024 ou seja, fora do prazo de validade.

b) Descumprimento ao item 7.5.3.1 “b” do Edital

15. Conforme se infere da Ata da sessão de julgamento, ao serem analisados os documentos de aptidão técnica pela empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA. esta Comissão entendeu considerou como suficientes, tendo sido habilitada.

16. Contudo, a empresa não comprovou aptidão técnica mínima, uma vez que **NÃO APRESENTOU UM ÚNICO ATESTADO** que comprove a capacitação técnica **da empresa**. Não atendeu assim a requisito objetivo do Edital – comprovação de execução de serviço de características técnicas similares ao do objeto licitado.

17. Dispõe o item 7.5.3.1 “b”, do Edital:

b) Comprovação de possuir em nome da empresa, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
Construção de Quadra de Esportes (areia)	341,15 m <sup>2</sup>

18. Ou seja, há necessidade de que A EMPRESA comprove ter executado uma obra similar, conforme descrição constante do quadro acima. Contudo, a licitante deixou de apresentar atestado que comprove tal aptidão.

19. A aptidão exigida no Edital não é demonstrada pela recorrida. Destarte, não há de se falar em comprovação de execução de item similar ao do



objeto licitado, se foram apenas comprovadas a realização de itens diferentes. NA VERDADE, NEM SEQUER FORAM APRESENTADOS ATESTADOS EM NOME DA EMPRESA, O QUE DE PLANO IMPLICA NA SUA INABILITAÇÃO.

20. O art. 67 da Lei 14.133/2021 assim estabelece quanto a exigência em questão:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

**II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;**

21. Ora, a licitante em questão deixou de comprovar, nos termos da Lei e do Edital, a execução de um dos itens mais relevantes da obra.

22. Não há comprovação de execução de construção de esportes em areia, na metragem mínima exigida.

23. A exigência da similaridade se revela imperiosa, para que o ente público não contrate empresa que não dispõe da expertise necessária para a boa execução do objeto licitado.

24. Neste sentido:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. MEDIDA LIMINAR. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO . INABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL NÃO COMPROVADA. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO . - O deferimento da medida liminar em sede de mandado de

segurança está condicionado à demonstração pelo impetrante de fundamento relevante, somado ao risco de ineficácia da medida, caso conferida apenas ao final, conforme dispõe o art. 7º, III, da Lei nº 12.016/2009 - **A capacidade técnico-profissional consiste no atestado de capacidade técnica enquanto profissional competente, ao passo que a qualificação técnico-operacional trata-se da capacidade na execução de serviços similares, com a mesma complexidade tecnológica, nos moldes do art. 67 da Lei de Licitações - Hipótese em que os documentos constantes aos autos não são suficientes para comprovar que a agravante possui capacidade técnico-profissional, em atendimento à exigência técnica específica ao objeto da licitação.** (TJ-MG - Agravo de Instrumento: 2576025-23.2023.8.13 .0000 1.0000.23.257601-7/001, Relator.: Des .(a) Wauner Batista Ferreira Machado (JD Convocado), Data de Julgamento: 09/04/2024, 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 15/04/2024)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - **LICITAÇÃO - SIMILARIDADE - NÃO OCORRÊNCIA - PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.** - O Mandado de Segurança constitui um remédio constitucional destinado à proteção a direito líquido e certo, contra ato ou omissão de autoridade pública ou agente imbuído de atribuições do Poder Público, nos termos do inciso LXIX, do art. 5º, da Constituição da Republica de 1988 - Sabido que a Administração Pública está adstrita ao princípio da vinculação ao edital que regulamenta o certame licitatório devendo o órgão licitante respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento convocatório, como medida de garantia e de segurança jurídica aos participantes. (TJ-MG - Agravo de Instrumento: 34909604320238130000, Relator.: Des .(a) Alberto Diniz Junior, Data de Julgamento: 28/08/2024, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/08/2024)



APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. **CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA TÉCNICA . AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELO EDITAL DE ABERTURA DO CERTAME. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. INABILITAÇÃO DA PARTICIPANTE .** AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 473 DO STF. AGRAVO DE INSTRUMENTO E DESPROVIDO. (TJ-PR 00629733320248160000 Londrina, Relator.: Luiz Mateus de Lima, Data de Julgamento: 28/10/2024, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 30/10/2024)

25. A qualificação técnica do licitante é pressuposto indispensável para habilitação em certame público, pois a entidade pública somente poderá atribuir a execução do objeto da licitação, na hipótese de o interessado comprovar possuir habilitação jurídica plena e insuscetível de máculas.

26. O cenário delineado permite concluir pela ilegalidade da habilitação. Não é demais citar que a etapa de qualificação técnica é fundamental no processo de habilitação das empresas em licitações públicas, e se desdobra em duas vertentes: qualificação técnico-operacional e qualificação técnico-profissional.

27. A qualificação técnico-operacional diz respeito à capacidade da empresa, abrangendo elementos característicos da estrutura organizacional da licitante, como instalações, equipamentos e equipe. O Tribunal de Contas da União (TCU) possui jurisprudência consolidada, ressaltando a importância de não confundir a capacidade técnico-operacional, que é inerente à empresa, com a capacidade técnico-profissional, que se refere aos profissionais responsáveis.

28. No mesmo sentido caminha a doutrina de MARÇAL JUSTEN FILHO, que fala em **qualificação técnica real**, para designar a qualificação que deve ser investigada:

Alude-se, nessa linha, à qualificação técnica real. Significa que a qualificação técnica a ser investigada é não apenas



aquela teórica, mas também a efetiva, concreta, prática. É a titularidade de condições práticas e reais de execução do contrato. Em vez de exame apenas teórico do exercício da atividade, as exigências se voltam para a efetiva condição prática de desempenhar satisfatoriamente o objeto licitado.

29. Houve assim desatendimento à uma relevante exigência editalícia. Nesse sentido é a lição de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

“O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. **A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar** (art. 41). Embora não seja exaustivo, pois normas anteriores e superiores o complementam, ainda, que não reproduzidas em seu texto, como bem diz Hely Lopes Meirelles, o edital ‘é a matriz da licitação e do contrato’; daí não se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital”.

30. Em razão disso a exigência editalícia, que demanda a comprovação de QUADRA DE ESPORTES EM AREIA, provando assim experiência pretérita na completa execução de objeto desta natureza.

31. Sabe-se que o Edital, enquanto lei interna da licitação, vincula os licitantes às suas exigências, sendo que a sua flexibilização prejudica os demais participantes e fere o princípio da isonomia. Com efeito, dispõe o artigo 5º, da Lei n. 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, **serão observados os princípios da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, **da igualdade**, do

planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, **da segurança jurídica**, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do DecretoLei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

32. Busca-se, com isso, assegurar a todos os licitantes igualdade de condições ao submeterem ao certame, **devendo todos obedecer às regras estabelecidas, sem exceções**. Isto porque, conforme jurisprudência já sedimentada, o instrumento convocatório faz lei entre as partes. Neste sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já se manifestou:

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONSÓRCIO DE EMPRESAS. LEGITIMIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. REGRAS DO EDITAL. INTERPRETAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. 1. O Tribunal de origem, ao declarar a legitimidade da ativa da ora agravada, sob fundamento de que "afigura-se mera irregularidade que não leva à inépcia da inicial a impetração do mandado de segurança em nome do consórcio se a procuração foi outorgada pelo representante legal da empresa-líder", o fez com base na interpretação das cláusulas contratuais. Incidência das Súmulas 5 e 7 desta Corte. 2. O decisor de origem declarou nulo o ato que proclamou os agravantes como vencedores, por não terem preenchidos os requisitos do edital licitatório, quanto à apresentação da proposta do preço. Rever este entendimento necessariamente passa por análise de matéria fática, bem como, cláusulas contratuais, encontrando óbice nas Súmulas 5 e 7/STJ. 3. **Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital**. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de

que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame. (...)”(STJ - Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 458.436/RS - Rel. Min. Humberto Martins - DJe de 02.04.2014).

33. Neste contexto, se mostra necessária a reforma da decisão que reconheceu o preenchimento do requisito editalício.

34. Diante do exposto, a fim de proteger o ente licitante e até mesmo de toda a coletividade, para não se contratar empresa que não tem comprovação técnica para executar a obra objeto do presente contrato, deve ser reformada a decisão que habilitou a concorrente FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA.

c) Descumprimento ao item 7.5.3.2, alínea "b" do Edital

35. Não bastasse a ausência de atestado que comprove aptidão técnica da empresa, a licitante em questão deixou de apresentar Certidão de Acervo Técnico do Responsável Técnico com execução de no mínimo uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional, conforme item 7.5.3.2, alínea "b" do Edital:

b) a declaração de responsabilidade técnica deverá ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do(s) responsável (e)s técnico (s) indicado (s), emitido (s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU”, **de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional** equivalente ou superior à solicitada no objeto da presente contratação;

36. Em análise às Certidões de Acervo Técnico apresentadas, não guardam SIMILARIDADE MÍNIMA com o objeto do Edital. A certidão



apresentada, sob nº 0000001071518, comprova emissão de RRT de execuções de **obras residenciais e pequenas reformas**, nenhuma delas tendo SIMILARIDADE com uma quadra de esportes em areia.

37. O edital foi claro ao exigir experiência específica em quadras de esportes em areia. A apresentação de CAT referente a obras residenciais e reformas não guarda pertinência com o objeto licitado, configurando descumprimento da exigência editalícia.

38. A habilitação da empresa recorrida viola o princípio da isonomia e da legalidade, pois permite que concorrente sem a devida qualificação técnica dispute em condições desiguais com empresas que efetivamente comprovaram experiência compatível.

39. Aplicáveis ao caso, os seguintes julgados:

EMENTA: DIREITOS ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇOS DE MENOR VALOR GLOBAL Nº 028/2021-SEMOV. IMPUGNAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA CONCORRENTE . APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT) SEM REGISTRO DE ATESTADO. **NÃO COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL. DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO CERTAME PELA EMPRESA HABILITADA. ILEGALIDADE CONFIGURADA .** NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO QUE DEFERIU SUA HABILITAÇÃO. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO DESPROVIDOS. (TJ-RN - AC: 08098481220228205001, Relator.: IBANEZ MONTEIRO DA SILVA, Data de Julgamento: 19/07/2023, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 19/07/2023)

APELAÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO ADMINISTRAÇÃO IMPUGNADO . INABILITAÇÃO DA AUTORA EM LICITAÇÃO. CAPACIDADE TÉCNICA. ATESTADOS. Motivação do ato administrativo. Falta de qualificação técnica para a



prestação dos serviços em características, quantidade e prazos compatíveis com o objeto da licitação. **Os atestados não comprovam os itens de maior relevância. Competia ao licitante reunir certidões de acervo técnico, registradas pelo CREA, para demonstrar a capacidade. Ausência de comprovação de execução anterior de serviços em quantidade e prazos exigidos pelo edital.** Os CATs apresentados por engenheiros da impetrante não são vinculados aos serviços atestados. Inadmissibilidade de transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, pois a capacidade técnico operacional não se confunde com a capacidade técnico profissional. A apelante não provou a capacidade técnica para a contratação. Inexistência de direito líquido e certo à habilitação. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJ-SP - AC: 10003200720208260075 SP 1000320-07.2020 .8.26.0075, Relator.: José Maria Câmara Junior, Data de Julgamento: 16/03/2021, 8ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 16/03/2021)

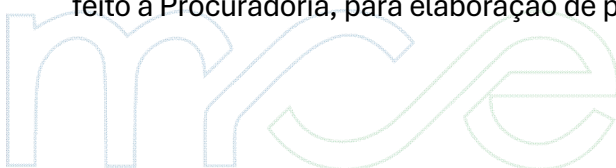
40. Desta forma, ante o não atendimento a exigência básica do edital, mais este motivo implica na inabilitação da concorrente FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA.

## II – DO PEDIDO

1. Em face do exposto e dos documentos anexados, requer-se o provimento do presente recurso, para fins de desclassificar a concorrente FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA., nos termos da fundamentação.

2. Outrossim, amparada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem.

3. Requer ainda, caso seja necessário, o encaminhamento do feito à Procuradoria, para elaboração de parecer jurídico.



Nestes termos,  
pede deferimento.

Nova Esperança do Sudoeste, 21 de novembro de 2025.

MACRO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.  
por seu sócio administrador ALEXSANDER HERBERT SCHLINDWEIN

